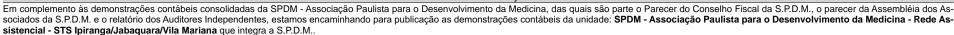
SPDM - Associação Paulista Para O Desenvolvimento da Medicina Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana

Nota da Administração



Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos,

ATIVO 2015 2016 257.466.774,28 122.013.480,29 Ativo Circulante 2.795.454,11 Caixa e Equivalentes de Caixa 3.876.562,98 336.538,98 Bancos conta movimento (nota 4.1) 2 263 23 3.874.299,75 Aplicações Financeiras (nota 4.2) 2.458.915,13 241.612.455,53 117.443.520,57 P.M.S.P.- Ipiranga/ Jabaquara /V.Mariana (nota 4.3) 218.655.926,96 91.499.195,39 Valor Estimado -Rescisão de Contrato (nota 4.4) 22.956.528,57 0,00 Valores em Negociação - Convênio/Contrato 25.944.325,18 0,00 12.875.915,62 Outros Créditos (nota 4.5) 551.699,66 Antecipações salariais 763,09 2.987,17 1.350.378,41 495.871.99 Antecipação de férias Outros créditos e adiantamentos 11.442.884,12 31.170,50 81.890,00 21.670,00 Depósito judicial **Despesas Pagas Antecipadamente** 1.189,38 0,00 Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 10) 1.189,38 0,00 181.759,64 141.697,08 **Estoques** 181.759,64 141.697,08 Estoques (nota 4.6) Ativo não Circulante 476.022.836,21 587.737,80 Ativo Realizável a Longo Prazo 475.474.072,28 0,00 15.670,00 475.458.402,28 Públicos a Receber (nota 4.3) Bens de Terceiros (nota 5) 548.763,93 688.919,37 (101.181,57)

Depósito Judicial 0,00 Contratos/Convênios 0,00 Ativo Imobilizado -587.737,80 Imobilizado - Bens de Terceiros 871.945,21 Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (323.181,28) 733.489.610,49 122.601.218,09 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2016 e 2015 I - Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Programa de Atenção Integral à Saúde - Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Desde o início das atividades, a SPDM / Programa de Atenção Integral à Saúde busca o crescimento e a consolidação dos serviços de saúde, a fim de garantir mudanças nos indicadores e na qualidade de vida da população, pautado entre outros, pelos princípios da integralidade e da equidade, com uma visão estratégica da gestão dos serviços de saúde, definida em um processo de aprimoramento contínuo. A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde por intermédio das Secretarias de Saúde celebra o Contrato de Gestão nº 05/2015 com o Município de São Paulo, tendo como objetivo o Gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana com as Políticas de Saúde do SUS, com início em 08/05/2015. 2 - Imunidade Tributária: A SPDM - PAIS Rede Assistencial -STS Ipiranga/Jabaguara/Vila Mariana, enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05.10.1988. 2.1 - Requisitos para imunidade tributária: Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 5º do Estatuto Social); c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elabora-dos pelo Conselho Administrativo (artigo 25 XIX e artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (artigo 19 V do Estatuto Social). 2.2 - Isenção Tributária e Característica da Isenção: A SPDM - PAIS Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana, também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saú- ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações de, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições lecom o artigo 1 da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, reconhecida como Entidade Beneficente de mente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a publicação da portaria 1.420 de 19.12.2013 pela RFB, algumas alterações Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações pre- formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A docuvistas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. 2.3 - Reguisitos para Manutenção da Isenção Tributária. A Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14, estabelece em seu artigo 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, desde que atenda, cumulativamente, aos sequintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funcões ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade: V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária: VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por au-

sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecsem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a nologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equi-Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

PASSIVO 2016 **Passivo Circulante** 233.348.544,74 102.406.122,99 131.535.93 Fornecedores 55.817,70 1.636.436,39 1.125.953,83 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 6.770.992,74 5.888.109.96 Salários a pagar 1 810 438 59 Contribuições a recolher (nota 4.11) 1.627.771,03 Provisão de férias (nota 4.8) 11.296.163.12 9.487.435.43 Provisão de FGTS sobre férias (nota 4.8) 903.693.05 758.994,83 Provisão PIS sobre 13º Salário e Férias (nota 4.8 e 4.9) 112.961.63 0.00 Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 166.692,33 0,00 Impostos a recolher (nota 4.12) 2.370.598,90 2.079.671,42 Previdência Privada 0.00 4.050,00 211.954,30 243.577,80 Obrigações Tributárias Acordo Trabalhista a pagar 259.987,18 Outras contas a pagar 8.290.769,65 Outros valores de terceiros 0,00 92,50 Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 6.2) 199.697.597,32 80.739.592,48 Passivo não Circulante 20.195.095.10 500.141.065,75 Provisão de Despesa Processos Trabalhistas (nota 4.14) 55.402,53 Imobilizado - Bens de terceiros (nota 5) 871.945,21 688.919,37 Ajustes vida útil econômica Bens de terceiros (nota 5) (323.181,28)(101.181,57)Valor Estimado -Rescisão de Contrato (nota 4.10) 24.078.497.01 19.607.357.30 Convênios/Contratos Públicos a realizar (nota 6.3) 475.458.402.28 Total do Passivo Patrimônio Líquido (Nota 7) 0,00 Total do Passivo e do Patrimônio Líquido

733.489.610,49 122.601.218,09 0,00 733.489.610,49 122.601.218,09 12.868 trouxe alterações ao artigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado po-derá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o **caput** deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis são elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 3.1 - Razão Social SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde. SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana - Rua Júlio Felipe Guedes, nº 200 - Jardim Botucatu - São Paulo - SP - CEP 04.174-040, CNPJ nº 61.699.567/0058-28. 3.2 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem gais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriorforam introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em mentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. 4 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classifica-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segrega-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. 4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, tabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e

pes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farma cêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência

:-	ou com necessidades especiais. São Pa								
i-	do Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.								
	Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos								
	Exercícios encerrados em 31 de De	ezembro - Valores	s em Reais						
	Receitas Operacionais com Restrições		2015						
	Receita Bruta de Serviços								
3	Prestados com Restrição	221.905.131,09	103.556.316,84						
6	P.M. S.P Ipiranga	·	·						
3	Jabaquara Vila Mariana	183.602.005,95	85.260.877,06						
3	Trabalho Voluntário (nota 8.4)	7.660,22	5.705,97						
3	Isenção Usufruída -								
	INSS Serviços Próprios (nota 8.1)	32.782.928,06	15.705.655,41						
'	Isenção Usufruída -	4 476 67	26.252.07						
	INSS Serviços Terceiros (nota 8.2) Isenção Usufruída - COFINS (nota 8.3)	4.476,67 5.508.060,19	26.252,07 2.557.826,33						
	(=) Receita Líguida de Servicos	3.306.000,19	2.557.620,55						
í	Prestados com Restrições	221 905 131 09	103.556.316,84						
í	(+) Outras Receitas com Restrições	496.087,23							
3	Outras Receitas	606,45							
	Financeiras	495.480,78							
	(=) Receita Líquida com Restrições	222.401.218,32	104.144.008,02						
3	(-) Custos dos Serviços								
)	Prestados com Restrições	207.352.763,61	73.663.308,23						
	Serviços Pessoal Próprio	144.670.492,37	65.537.937,79						
)	Serviços Terceiros Pessoa Física	22.383,33	131.260,23						
	Serviços Terceiros Pessoa Jurídica Manutenção e Conservação	21.748.966,66 1.148.124,16	4.961.327,19 2.052.832,27						
	Mercadorias	2.240.365.67	874.305,76						
'	Tributos	178.577,07	105.644,99						
,	Custos - Bens Permanentes de Terceiros		0,00						
	INSS Patronal -		-,						
)	Serviços Próprios (nota 8.1)	32.175.595,64	0,00						
)	INSS Patronal -								
)	Serviços de Terceiros (nota 8.2)	4.476,67	0,00						
	COFINS (nota 8.3)	5.087.668,09	0,00						
2	(=) Superávit Bruto com Restrições (-) Despesas	15.048.454,71	30.480.699,79						
s	Operacionais com Restrições	15.048.454,71	30.480.699,79						
- ا	Serviços Pessoal Próprio	2.730.736,71	6.350.121,25						
);	Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	9.094.295,89	5.402.486,46						
-	Manutenção e Conservação	11.420,00	119.915,98						
0	Mercadorias	213.018,41	239.375,22						
-	Financeiras	60.270,93	70.403,64						
-	Outras Despesas	1.893.227,76	0,00						
-	Tributos	4.068,27	2.957,46						
е	Despesas Bens Permanentes de Terceiro								
оΙ	Trabalhos Voluntários (nota 8.4) Isenção Usufruída -	7.660,22	5.705,97						
r	INSS Serviços Próprios (nota 8.1)	607.332,42	15.705.655,41						
이	Isenção Usufruída -	007.002,42	10.700.000,41						
0	INSS Serviços Terceiros (nota 8.2)	0,00	26.252,07						
a	Isenção Usufruída - COFINS (nota 8.3)	420.392,10							
е	(=) Superávit/Déficit do								
i: u	Período com Restrições (Nota 4.16)	0,00	0,00						
o	Comparativo das Demostraçõ	es dos Fluxos d	e Caixa						
-	Exercícios encerrados em 31 de De		s em Reais						
-	Fluxos de caixa das atividades operaciones	onais 2016	2015						
s	Variações nos ativos e passivos								
à	(Aumento) Redução em contas a receber (611 068 412 59	(117 005 220 22)						
-	em contas a receber (Aumento) Redução em estoques	611.968.412,58) (40.062,56)	(117.995.220,23)						
),	Aumento (Redução) em fornecedores	372.623.17	1.180.445,53						
a	Aumento (Redução) em	072.020,17	1.100.440,00						
-	contas a pagar e provisões	610.554.743,10	120.833.034,76						
s	Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(38.973,87)	587.737,80						
-	Disponibilidades líquidas geradas								
-	pelas (aplicadas nas) atividades								
s	operacionais	(1.120.082,74)	4.464.300,78						
i-	Fluxos de caixa das atividades de investimentos								
<u>ıl</u>	(-) Adição de Bens de Terceiros	38.973,87	(587.737,80)						
-	Disponibilidades líquidas geradas	30.973,07	(00, 131, 100)						
a o	pelas (aplicadas nas) atividades								
	de investimentos	38.973,87	(587.737,80)						
r l	Fluxos de caixa das	-	. ,						
,	atividades de financiamento								
0	Empréstimos tomados	0,00	90.187,13						
е	 (-) Pagamentos de empréstimos/debênture Disponibilidades líquidas geradas pelas 		(90.187,13)						
n	(aplicadas nas) atividades de financial		0.00						

3.876.562,98 No final do período 2.795.454.11 Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais 2016 221.905.737,54 103.557.540,67

(1.081.108.87)

183.609.666,17 85.260.877,06

0,00

3.876.562.98

(aplicadas nas) atividades de financiamentos

Aumento (Redução) no Caixa

e Equivalentes de Caixa

1.1) Prestação de serviços

8.5) Isenção usufruída

sobre contribuições

No início do período

3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	188.887.919,24	91.105.627,99
2.4) Outros	60.270,93	0,00
serviços de terceiros e outro 2.3) Perda / Recuperação de valores ativ	30.635.035,75 os 82.145.95	11.338.231,70 0.00
nas prestações de serviços 2.2) Materiais, energia,	2.240.365,67	1.113.680,98
2.1) Custo das mercadorias utilizadas		
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI)	33.017.818,30	12.451.912,68
sobre contribuições	38.295.464,92	18.295.439,78
1.3) Isenção usufruída	000,10	,
1.2) Outras Necellas	000.40	1.223.03

6 - Valor Adicionado 586.467,35 Recebido em Transferência 495.480,78 6.1) Receitas financeiras 495,480,78 586.467,35 91.692.095,34 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 189.383.400,02 8 - Distribuição do Valor Adicionado 189.383.400.02 91.692.095.34 8.1) Pessoal e encargos 147.408.889,30 71.888.059,04 8.2) Impostos, taxas e contribuições 182.645,34 108.602.45 8.3) Juros 0.00 70 403 64 3.496.400,46 8.4) Aluguéis 1.329.590,43

38.295.464,92

18.295.439,78

mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006. Em outubro de 2013 a Lei depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mudança de valor.



ditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Con-

continuação Valores em reais	R\$	R\$					
<u>Período</u>	31/12/2016	31/12/2015					
Caixa e Saldos em Bancos	336.538,98	2.263,23					
Aplicação Financeira de Curto Prazo	2.458.915,13	3.874.299,75					
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.795.454,11	3.876.562,98					

2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações encontram-se aplicadas por força dos Convênios cujo rendimento é revertido integralmente aos mesmos.

	ripo de	Rentabilidade / Mes	
Instituição Financeira	Aplicação	Taxa %	31/12/2016
Banco do Brasil	Poupança	*	2.448.262,48
Banco Bradesco	Invest Plus	5,0000%	10.652,65
Total			2.458.915,13

* A rentabilidade da Poupança está atrelada as regras do sistema financeiro nacional. 4.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das parcelas contempladas no Cronograma de Desembolso conforme estabelecido no Contrato. O Contrato é reconhecido por seu valor integral e caso a vigência exceda mais de um exercício, parte do Contrato é registrado no grupo Não Circulante. 4.4 - Valor Estimado - Rescisão de Contrato: Valor proveniente do passivo trabalhista das unidades assumidas dos Convênios, para este Contrato. Em 2015 este valor estava classificado na conta "Valores em negociação". 4.5 - Outros Créditos e Adiantamentos: Representam valores a receber ou a descontar de pagamentos futuros, tais como adiantamentos realizados a funcionários (férias, salário, 13º e outros), fornecedores, e créditos a receber do Contrato de Gestão. 4.6 - Estoques: Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 181.759.64. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída. quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG Valores em Reais 31/12/2016 31/12/2015

181.759,64 4.7 - Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. 4.8 - Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. 4.9 - Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. 4.10 - Outras Provisões: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. Baseado nas clausulas contratuais dos Convênios e na IAS 37, a O.S. SPDM-PAIS tem como responsabilidade, os pagamentos das verbas trabalhistas, bem como, ao final do Convênio quitar todas as obrigações devidas aos colaboradores, inclusive as indenizações contempladas na CLT e respectivas convenções. Desta forma, calculamos na conta "Valor Estimado Rescisão de Contrato", as obrigações presentes, resultante de eventos passados, baseados nos valores atuais contemplados na folha de pagamento até a data do Balanço. 4.11 - Contribuições a Recolher

46.926.94

134.832,70

53.408.43

88.288,65

141.697.08

Materiais utilizados no setor de Farmácia

Materiais de Almoxarifado

Contribuições a Recolher 2015 2016 587.628,88 529.405,53 942.860,60 **FGTS** 1.076,200,72 PIS 135.225,43 118.563,44 Sindicato a recolher 11.383.56 36.941,46 Total 1.810.438,59 1.627.771,03 4.12 - Impostos a Recolher **2015** 2.079.297,42 Imposto a Recolher 2.370.598.90 0,00 34,00 I.N.S.S. 340,00 2.370.598.90 2.079.671.42 Total

4.13 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações, e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, inclusive "Outras Provisões" citados no item 4.10, as mesmas foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 4.14 -Contingências Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocor-rência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde, por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Os processos onde a possibilidade de perda em 31/12/2016 era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 575.535,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuia probabilidade de perda era tida como "possível" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas no montante de R\$ 3.252.138,54. 4.15 - Contingências Ativas: Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que deem origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando a entrada de benefícios econômicos se tornarem prováveis, a entidade divulga o ativo contingente através de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanco, 4.16 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se Ata da 26° Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas

da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local: Aos 18/04/2017, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4° andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. Presenças: Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. Ausências justificadas: Convidados: Superintendentes: Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendoapresencadetodos.colocouempautaaanálisedaAtadareuniãoanterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do

acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. 4.17 - Apuração do Resultado: O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato valores recebidos ou a receber) e reconhecidas guando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Os rendimentos e

	encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e s	uas realizações estão	re-	Imobilizado Ber	ns de Terceiros				
	Saldo em 31/12/2015	Adi	ição	BaixaTransferênciaSaldo em 31/12/2016					
	Aparelhos Equipamentos Utensílios								
	Médico Odontológico Laboratórios	438.83	0,54	0,00	0,00	29.580,15	468.410,69		
)	Equipamentos de Processamento de Dados	6.29	4,00	9.969,00	0,00	7.011,50	23.274,50		
,	Mobiliário em geral	160.07	5,67	28.690,95	0,00	55.877,74	244.644,36		
ì	Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	32.09	7,24	2.170,00	0,00	1.812,50	36.079,74		
	Aparelhos de medição		0,00	0,00	0,00	4.310,50	4.310,50		
,	Aparelhos e equipamento comunicação	13.51	1,97	0,00	0,00	375,00	13.886,97		
-	Aparelhos e utensílios domésticos	33.950		36.610,00	0,00	1.800,00	72.366,84		
6	Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	4.15		4.706,00	0,00	112,50	8.971,61		
		688.91	,	82.145,95	0,00	100.879,89	871.945,21		
-	Ajuste vida-útil	Ajuste vida-útil		insferência/	Ajuste vida-útil -	Valor Liquido em	Taxa Anual		
,	econômica Bens de Terceiros	do Período	B	laixa Ajuste	31/12/2016	31/12/2016	de ajustes		
	Aparelhos Equipamentos Utensílios								
,	Médico Odontológico Laboratórios	(151.839,86)		0,00	(222.830,41)	245.580,28	10%		
,	Equipamentos de Processamento de Dados	(6.127,29)		0,00	(7.821,44)	15.453,06	20%		
•	Mobiliário em geral	(44.920,45)		0,00	(65.319,64)	179.324,72	10%		
,	Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(5.249,87)		0,00	(7.599,22)	28.480,52	10%		
	Aparelhos de medição	(58,25)		0,00	(58,25)	4.252,25	10%		
	Aparelhos e equipamento comunicação	(4.535,98)		0,00	(6.486,88)	7.400,09	10%		
•	Aparelhos e utensílios domésticos	(8.431,45)		0,00	(11.892,38)	60.474,46	10%		
,	Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	(836,56)		0,00	(1.173,06)	7.798,55	10%		
•		(221.999,71)		0,00	(323.181,28)	548.763,93			

 Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, Assistências Governamentais, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 6.1 - Das Receitas Operacionais: Os valores recebidos diretamente pela Entidade através dos Contratos de Gestão representaram em 2016, 100% do total das receitas operacionais. 6.2 - Contratos de Gestão, Subvenções e outros tipos de Convênios Públicos (Resolução CFC 1.305/10): São recursos financeiros provenientes de Contratos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os Contratos firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC № 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Instituição SPDM - PAIS Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana, recebeu a toque de caixa as Assistências Governamentais

CNPJ nº 61.699.567/0058-28
Contrato de Gestão nº 05/2015 - Rede Assistencia STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana

6.3 - Contratos de Gestão, Assistências Governamentais e outros tipos de Convênios Públicos (Valores de Longo Prazo). A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre os contratos de gestão e convênios, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Valores a receber - convênios/contratos públicos a receber (Ativo não Circulante) e Valores de Terceiros - convênios/contratos públicos a realizar (Passivo não circulante). <u>7 - Patrimônio:</u> O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit ou subtraído do déficit do exercício, reserva de reavaliação patrimonial considerado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado. 8 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20.08.2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000-153024/2014-03. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2016 se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 38.295.464.92. Em 02.09.2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor da Lei 12.101 e Portaria 834 MS: A SPDM - Programa de Atenção Integral do beneficio fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o à Saúde Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana manteve valor dos beneficios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o a gestão do Contrato de Gestão nº 005/2015 no exercício de 2016 em parestabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. <u>8.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal</u> sobre a Folha de pagamento de Empregados: Conforme descrito no item

documentos enviados as Secretarias de Saúde para fins de incorporação ao Patrimônio Publico. Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização".

conhecidas no resultado. 5 - Imobilizado: O imobilizado de uso da SPDM -

Programa de Atenção Integral à Saúde - Ipiranga/Jabaquara/ Vila Mariana é

composto por bens de terceiros, os quais são fruto de aquisição realizada com recursos do Contrato de Gestão nº 005/2015 para os quais possuímos

11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009 alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, a Entidade usufruiu ano exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica no montante de R\$ 32.782.928,06. Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta especifica de receita, totalizou R\$ 15.705.655,41. 8.2- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a Folha de Pagamento por Serviços de Terceiros: A Isenção da Contribuição Previdenciá-ria Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 4.476,67. Em 2015 o referido valor de receita totalizou R\$ 26.252,07. 8.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 5.508.060,19. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 2.557.826,33. **8.4 - Trabalho Voluntário**: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2016 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2014 (R\$/hora) no Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2014 Concepção e Coordenação Luiz Affonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de ma neira simples pelo número de unidades ativas no período. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2016 correspondeu a R\$ 7.660,22. 09 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC № 1.151/09 NBC TG 12): Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. A Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, emprega dos, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que a aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. 10 - Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. 11 - Das Disposições ceria com o Estado de São Paulo. Os atendimentos alcançaram os números descritos abaixo:

Consulta outros Visita Consulta Consulta professor de Nº Contrato de Gestão Médica **Enfermeiro** nivel superior domiciliar de ACS Descrição **Exames** Vila Mariana/ Jabaquara/ Ipiranga SP 1.028.266 005/2015 127.154 900.122 121.168 **Procedimentos** Usuários Famílias Pacientes em odontológicos de enfermagem Cadastrados Cadastradas Acompanhamento 74.064 359.498 243.681

12 - Relatório de Prestação de Contas: A SPDM - PAIS elaborou relatórios mensais e anuais para prestação de contas dos convênios que mantém com diversos municípios no estado de São Paulo. Em 2016 os relatórios de Prestação de Contas, foram auditados e revisados por auditores independentes 13 - Exercício Social: Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Înstituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Debora Melo Kiyaman - Contadora - CRC -1SP 290.262/O-6 Darlei Alves Freire - Controladoria - CRC -1SP 219.650/O-9

dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. Ordem Do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2.016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos

Mário Silva Monteiro - Superintendente S.P.D.M./PAIS Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M

(HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hosp.Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Tenc. Da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUÍ-LHERM). Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butanta (Rede

Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos continuados



...continuação Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRÁTOD), CTO Especializado da Assit. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão p/ Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em conformidade com o artigo 46 do Estatuto Social da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HOSPITAL ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra

Parecer da Assembleia Geral dos Associados SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina.: A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2016, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HOSPITAL ZER-BINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Relatório dos Auditores Independentes

Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Programa de Atenção Integral a Saúde - Rede Assistencial - STS Ipiranga / Jabaquara / Vila Mariana que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31.12.2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31.12.2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Responsabilidades da ad-

Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JU-RUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO). Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependen te (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistencial Supervisão Técnica da Saúde Vila Maria/Vila Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José dos Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêu tica CEAE Vila Mariana (CEAE VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional -Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (HOSPITAL DE SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito

-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistencial Supervisão Técnica da Saúde Vila Maria/Vila Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São Josè dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zé lia (AME MZ) e AME Psiguiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AME-MOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação ucy Montoro de São José dos Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (HOSPITAL DE SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana

ministração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções odem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com ase nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se cau-

Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2) O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA). PAÍS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coord. de Emerg. Regional do Leblon-AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Énio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclareci mentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18/04/2.017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana; Sr. José Eduardo Ribeiro; Dr. Agenor Pares. Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENGENHO DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GESTÃO EVENT), Coordenadoria de Emergencial Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 13.04.2017. Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Guinsberg.

(CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD--Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICAN-DUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENGENHO DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) ,UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA). PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GESTÃO EVENT), Coordenadoria de Emergencial Regional do Leblon - AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo. 19.04.2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M..

sada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais · Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30.03.2017. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ricardo Roberto Monello -Contador - CRC/SP 161.144/ O- 3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/ O- 0 - CNAI - SP - 1620.

			INDUCTA Filosopa Dalina	- D''	144-					
			INVISTA Fibras e Polímero		Ltda.					
			CNPJ 00.021.096/0004-1	•	·= :::					
2.1	2012		rações Financeiras Exercícios findos em 31/12/2							
Balanço patrimonial	2016	2015	Demonstração das Mutações do Patrimônio Lí			intamento	Ajustes	Outros		
Ativo / Circulante	307.603	348.990		Capital		ara futuro	acumulados	resultados	Prejuízos	
Caixa e equivalentes de caixa	68.441	51.754		social	aumento	de capital	de conversão	abrangentes	acumulados	Total
Contas a receber de clientes	51.951	36.574	Saldos em 31/12/2014	352.968		-	179.615	3.639	(218.393)	317.829
Contas a receber de partes relacionadas	35.638	88.011	Subscrição de capital	501.000		-	-	-	-	501.000
Estoques	109.877	148.703	Adiantamento para futuro aumento de capital	-		6.340	-	-	-	6.340
Impostos a recuperar circulante	35.723	7.988	Ajustes de conversão	-		-	285.661	-	-	285.661
Outros Créditos circulante	5.303	15.960	Ganhos e perda atuariais, líquidos	-		-	-	357	-	357
Ativo não circulante mantido para venda	670	-	Prejuizo do exercício	-		-	-	-	(109.303)	(109.303)
Não circulante	650.415	860.077	Saldos em 31/12/2015	853.968		6.340	465.276	3.996	(327.696)	1.001.884
Investimentos restritos	-	4.374	Subscrição de capital	19.440		(6.340)	-	-	-	13.100
Depósitos judiciais	1.867	2.011	Ajustes de conversão	-		-	(165.137)	-	-	(165.137)
Impostos a recuperar não circulante	71.803	101.439	Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-		-	` -	(546)	-	(546)
Outros Créditos não circulante	601	709	Prejuizo do exercício	(42.129)		(42.129)		, ,		` ,
Imobilizado	575.501	750.672	Saldos em 31/12/2016	873.408		`	300.139	3.450	(369.825)	807.172
Intangível	643	872	Demonstração do Fluxo de 0	Caixa		Impostos a	nagar		(110	(229)
Total do Ativo	958.018	1.209.067	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016	2015	Obrigações			63	
Balanço patrimonial	2016	2015	Preiuizo do exercício) (109.303)		de contingência		(2.795	
Passivo / Circulante	89.673	81.768	Aiustes para conciliar o resultado ao caixa	(12.120)	, (100.000)	Provisões d	•		1.017	, , ,
Fornecedores	16.729	34.997	aplicado nas atividades operacionais:				o gerado pelas (ar	licado nas)	1.017	(1.522)
Contas a pagar a partes relacionadas	61.074	40.785	Depreciação e amortização	36.583	31.496		operacionais	nicado rias)	64 691	(121.556)
Salários e contribuições sociais a pagar	10.131	5.154	Perda na baixa de ativo imobilizado	1.360			caixa das atividad	lee de invectima		(121.550)
Impostos a pagar	102	212	Perda por ajuste a valor justo	2.740			de imobilizado	ies de ilivestille		3) (10.759)
Outras Obrigações-Circulante	637		Provisão para estoques	2.971	38		plicação) em Inves	etimontoe roetrito		
Provisões diversas circulante	1.000	620	Constituição/(reversão) de provisão para	2.371	30		o aplicado nas ativ			9) (15.133)
Não circulante	61.173	125.415	créditos de liquidação duvidosa	2.674	(0.212)		caixa das atividad			9) (15.133)
Provisão para contingências	6.346	9.198	(Reversão)/ Constituição de provisão para conting				to (Pagamento) de		ientos	
Empréstimos com partes relacionadas	49.516	111.515	Juros e variação cambial sobre mútuo				,			- 1 250
Obrigações atuariais	5.311	4.702		(27.611)) 19.426		os a partes relacio			- 1.250
Total do Passivo	150.846	207.183	Variações nos ativos e passivos operacionais:	05.055	(00, 400)		de juros e principa		(0.4.000	3) (400 044)
Patrimônio liquido	807.172	1.001.884	Estoques	35.855			com partes relaci			3) (420.344)
			Contas a receber de clientes	(18.051)) 10.823		ão de Capital Soci		13.100	
Capital social	873.408	853.968	Contas a receber de parte relacionadas,	70.000	(40.407)		to para futuro aum		•	- 6.340
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.340	líquidas das contas a pagar	72.662			do gerado pelas (
Ajustes acumulados de conversão	300.139	465.276	Impostos a recuperar	1.901			de financiament		(21.288	
Outros resultados abrangentes	3.450	3.996	Depósitos judiciais	144			onversão sobre ca			
Prejuízos acumulados	(369.825)	(327.696)	Outros ativos	10.765			o caixa e equivale		16.687	
Total do passivo e do patrimônio líquido	958.018	1.209.067	Fornecedores	(18.268)			ais de caixa e equi			
Demonstração do Resultado Abrangente	2016	2015	Salários e contribuições sociais a pagar	4.977	(3.958)	Saldos finai	s de caixa e equiva	alentes de caixa	68.441	51.754
Prejuízo do exercício	(42.129)	(109.303)	Demonstração do Resultado	2016 2	2015 Rea-	Gerais e ad	ministrativas		(24.784)	(34.711)
Ajustes de conversão	(165.137)	285.661	-	pr	esentado	Outras desp	esas operacionais	, líquidas	(8.538)	(5.247)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	(546)	357	Receita operacional líquida	349.019	424.271			•	(59.776)	(61.957)
Resultado abrangente do exercício	(207.812)	176.715	Custo dos produtos vendidos e dos			Prejuízo an	tes do resultado	financeiro	(49.359)	(74.942)
Carlos Horacio Bibi - Representante legal -	CDE: 233 462	368-70	serviços prestados	(338.602)	(437.256)	Resultado fi			7.230	(34.361)
Daniela Emiko Yokome Peni		.500-70	Prejuízo bruto	10.417	(12.985)		tes do IR e contri	buição social	(42.129)	(109.303)
Contadora CRC SP-243856			Receitas (Despesas) operacionais: Com vendas		(21.999)	Prejuizo do			(42.129)	(109.303)
Contadora One 3F-243630	J/ U-1		, , , ,	. ,	,	-,-			7	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •